

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Invocando a proteção Divina, declaro aberta a presente sessão ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Convido o Deputado Eduardo Botelho para assumir a 2ª Secretária e o Deputado Túlio Fontes para assumir a 1ª Secretária.

(OS SRS. DEPUTADOS TÚLIO FONTES E EDUARDO BOTELHO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Peço ao 2º Secretário a leitura da Ata anterior.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2021, ÀS 10H26MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (EDUARDO BOTELHO) - Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Eduardo Botelho.

Coloco a Ata que acaba de ser lida em discussão. Ninguém para discutir, coloco em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovada a Ata.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Peço ao 1º Secretário, Deputado Túlio Fontes, a leitura do expediente.

O SR. TÚLIO FONTES - Senhor Presidente, não há expediente para ser lido neste momento.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado doutor Túlio.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)
(NÃO HOUVE)

GRANDE EXPEDIENTE
(NÃO HOUVE)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Queria pedir a compreensão de todos os Deputados, como estamos na sequência, para já passarmos à Ordem do Dia, se todos assim entenderem... Combinado, então, vamos para a Ordem do Dia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 991/2021, que está em urgência urgentíssima... Queria pedir ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputado Wilson Santos, para dar o parecer da comissão ao projeto de Lideranças Partidárias que altera o dispositivo da Lei nº 10.587.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, apresenta-se a matéria que sugere que o empenho da despesa no caso das emendas parlamentares impositivas ocorrerá imediatamente após a apresentação dos documentos exigidos nos anexos I e II desta lei.

Nos casos das emendas parlamentares impositivas a serem executadas por convênio, por termo de colaboração ou por termo de fomento, o empenho precederá a assinatura destes. O parecer jurídico, nos casos em que for necessário, somente será apresentado após o empenho.

Na verdade, senhor Presidente, esse é um projeto resultado do cansaço dos Deputados em terem suas emendas não pagas, e queremos agora que essas emendas obedeçam ao mesmo rito que acontece em nível federal, junto, da mesma forma que acontece com as emendas dos deputados federais, dos senadores, que, aliás, chamam a atenção pela grandiosidade de emendas que os congressistas têm recebido, e o governo pago.

E eu não sei onde vai acabar isso, Presidente, lá em Brasília. Dizem até que tem uma verba secreta de acesso de apenas alguns congressistas. E eu nunca vi na minha história, aqui, tanta emenda federal. Parlamentares que falam em cem milhões de emendas pagas.

Por um lado, é muito bom; mas, por outro, é preocupante.

E aqui nós estamos apenas querendo que as nossas emendas, cinco, seis, sete milhões, sejam pagas.

E como é uma emenda à Constituição, senhor Presidente, o projeto de lei que altera aqui a Lei nº 10.587, eu não vislumbro aqui nenhuma ilegalidade, não vislumbro aqui nenhuma afronta à Constituição Estadual, à Constituição Federal, senhor Presidente. Nós estamos apenas alterando uma lei ordinária de 2017, que regulamentava as emendas parlamentares, que são previstas na Constituição do Estado de Mato Grosso, lá no artigo nº 164.

Então, eu avoco a mim a relatoria dessa matéria, relato favoravelmente ao prosseguimento, e passo agora a acolher os votos dos colegas Deputados da CCJR.

Deputado e vice-presidente Dr. Eugênio, como vota? Vota com o relator.

Deputado Presidente em exercício deste Parlamento, Dilmar Dal Bosco, como vota? Com o relator.

Deputado Sebastião Rezende, como vota? Com o relator.

Senhor Presidente, com quatro votos, eu devolvo o projeto com o parecer aprovado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Com o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Substitutivo nº 1, Projeto de Lei nº 991/2021, em 2ª discussão, de autoria de Lideranças Partidárias, eu coloco em discussão.

(EMENTA: ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 10.587, DE 09 DE AGOSTO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES, PREVISTAS NO ART. 164 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, PEC nº 5/2021, de autoria do Deputado Max Russi, que acrescenta o §10 ao artigo nº 164 da Constituição do Estado de Mato Grosso, autorizando o remanejamento de emendas à lei orçamentária nos casos que especifica e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Substantivo Integral nº 4 e rejeitando o Substantivo Integral nº 5, restando prejudicados os Substantivos nº 1, 2 e 3, bem como as Emendas nº 1 e 2.

Já foi concedido vista no dia 20/10.

Coloco em discussão.

Para discutir, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Deputados, Presidente Dilmar Dal Bosco, demais colegas, quero aqui falar sobre a inconstitucionalidade dessa PEC. Nós não temos... Primeiro, assim, nós temos que rever a história, né? Até a Constituição de 1988, não havia no Brasil a obrigatoriedade com gastos constitucionais com educação e saúde. E isso trouxe grandes prejuízos para essas áreas.

A partir da Constituição de 1988, passou-se, então, a partir da Constituição, a determinar os gastos mínimos da União, dos Estados e Municípios com educação e saúde.

E hoje há essa discussão no Congresso Nacional, porque há uma parcela de gestores que querem que acabe essa obrigatoriedade. No entanto, nós não temos nenhuma legislação federal... Temos lá no Congresso Nacional a PEC nº 13, que está em discussão, que trata desse assunto, mas com forte resistência. Sabemos que a educação tem uma capacidade de mobilização muito grande, basta ver o que aconteceu na PEC nº 15, que era aprovação do novo Fundeb, quando quiseram retirar recursos da educação para outras entidades, inclusive, privadas. E houve uma mobilização enorme no Brasil, e os parlamentares federais não entraram, não embarcaram nessa, e a PEC nº 15 foi aprovada com o novo Fundeb da forma como deveria ser.

E a PEC nº 13 vai pelo mesmo caminho, ela não será aprovada... Portanto, nós não temos nenhum dispositivo constitucional que ampare a loucura dessa PEC nº 05, que está apresentada pelo Presidente Max Russi, querendo retirar recursos da educação e da saúde e permitir que as emendas parlamentares possam ser pagas para outras áreas, de infraestrutura e outras mais.

Então, isso é inadmissível! Como defensor da educação, como educador, ex-secretário de educação, membro da Comissão de Educação deste Parlamento, não aceito isso, e quero me manifestar contrário, em favor da educação pública e de qualidade. Os recursos da educação são poucos, quanto mais, melhor.

Portanto, o meu voto é contrário à PEC nº 05, e já peço o voto contrário dos demais também.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Continua em discussão. Ninguém mais para discutir? Vou pedir ao 1º Secretário, Deputado Eduardo Botelho, para que a gente, como é uma PEC, possa colher os votos dos Deputados. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Então, vamos começar a votação.

Como vota o Deputado Carlos Avallone? Vota sim.

Deputado Dilmar Dal Bosco vota sim.

Como vota o Deputado Dr. João? Sim.

Como vota o Deputado Xuxu Dal Molin?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Como vota o Deputado Eduardo Botelho? Sim.

Como vota o Deputado Dr. Gimenez?

Como vota o Deputado Nininho?

Como vota o Deputado Paulo Araújo?

Como vota o Deputado Romoaldo Júnior? Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR - Meu voto é sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Sim.

Como vota o Deputado Sebastião Rezende? Vota sim.

Como vota o Deputado Thiago Silva? Deputado Thiago Silva.

Como vota o Deputado Túlio Fontes? Vota sim? Vota sim.

Como vota o Deputado Ulysses Moraes? Sim.

Como vota o Deputado Wilson Santos? Sim.

Como vota o Deputado Delegado Claudinei? Vota sim.

Como vota a Deputada Janaina Riva?

Como vota o Deputado João Batista?

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Voto sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Vota sim, vota sim, vou só...

Deputado Nininho está no telefone aqui e vota sim.

Dr. Gimenez vota sim.

Como vota o Deputado Lúdio Cabral? Não.

Como vota o Deputado Valdir Barranco? Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Pelo bem da saúde e da educação, não.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Vota não.

Como vota o Deputado Elizeu Nascimento? Vota sim.

Como vota o Deputado Gilberto Cattani? Vota sim.

Como vota o Dr. Eugênio? Vota sim.

Como vota o Deputado Valmir Moretto? Ausente.

Deputado Max, ausente.

Eu vou colher, na segunda chamada, os Deputados ausentes.

Como vota o Deputado Xuxu Dal Molin? Ausente o Deputado Xuxu Dal

Molin.

Como vota o Deputado Thiago Silva? Sim.

Como vota o Deputado Paulo Araújo? Ausente.

Como vota a Deputada Janaina Riva? Ausente.

E como vota o Deputado... Max está ausente.

Como vota o Deputado Valmir Moretto? Ausente

Peço ao 1º Secretário para contar os votos. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Então, com 17 votos SIM, cinco ausentes e dois votos NÃO, está aprovada a PEC nº 05/2021.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 999/2019, de autoria do Deputado Valdir Barranco, que dispõe sobre a lei Mestre Cururueiro do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ninguém para discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 1.183/2019, de autoria do Deputado Dr. João, que institui o Programa de Reeducação de Agressor de Violência Doméstica e Familiar, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

estabelece diretrizes para a criação dos Serviços de Reeducação do Agressor e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, prejudicando os Projetos de Lei nº 1.277/2019 e 5.599/2020, apensados.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 1.260/2019, de autoria do Deputado Delegado Claudinei, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas, lojas, concessionárias ou estabelecimentos congêneres que comercializem veículos automotores seminovos ou usados disponibilizarem ao comprador laudo cautelar veicular e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, restando prejudicados os Projetos de Lei nº 871/2020 e 1.023/2020, apensos. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, restando prejudicados os Projetos de Lei nº 871/2020 e 1.023/2020, apensos.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 147/2020, de autoria do Deputado Dr. Gimenez, que dispõe sobre a campanha publicitária permanente de orientação aos motociclistas. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ninguém para discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 294/2020, de autoria do Deputado Thiago Silva, que cria o programa Empresa Amiga da Saúde no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência, e Assistência Social e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando a Emenda nº 01.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à redação final.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 69/2021, de autoria do Deputado Valmir Moretto, que dispõe sobre a destinação imediata de medicamentos apreendidos pelas autoridades competentes no exercício do poder de polícia e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Coloco em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 21/2019, de autoria do Deputado Valdir Barranco, que proíbe o corte no fornecimento de energia elétrica, água, gás e telefone, nos horários e dias determinados e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, prejudicando os Projetos de Lei nº 567/2019 e 1.167/2019, apensados.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 760/2019, de autoria do Deputado Lúdio Cabral, que assegura o direito do estudante de qualquer nível de ensino presencial, semipresencial

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

e educação à distância a redução em 50% (cinquenta por cento) no valor das passagens nos transportes coletivos intermunicipais, no trajeto de ida à instituição de ensino e retorno ao município de origem, nos dias letivos, atividades educacionais programadas ou outra situação requerida pelo curso e instituição de ensino e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte.

Já tinha sido pedido vista pelo autor, coloco em discussão.

Para discutir, o autor da matéria, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bem, senhores, eu gostaria, sinceramente, de pedir o apoio dos colegas, o projeto está em primeira votação. Gostaria, inclusive, de ler com calma o parecer da comissão para todos e fazer a defesa do conteúdo da proposta.

Não tem sentido a comissão rejeitá-la com os argumentos que está rejeitando, trata-se de assegurar o direito aos estudantes de Mato Grosso, das redes públicas, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio e no ensino superior, o direito a ter meia passagem no transporte intermunicipal.

Nós sabemos que muitos filhos de trabalhadores se deslocam entre municípios para poderem ter acesso à educação, e essa proposta iria criar condições para que esse direito fosse assegurado em plenitude por conta das dificuldades financeiras das famílias, por conta da situação econômica que nós enfrentamos e por conta da necessidade de nós realizarmos o esforço no sentido de assegurar a permanência dos alunos nas escolas e evitar a evasão. Lembrem-se: estamos em meio a uma pandemia, e nós precisamos criar condições para que os estudantes tenham a oportunidade de permanecer nas escolas.

Portanto, peço o voto pela derrubada do parecer.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Continua em discussão. Não tem mais ninguém para discutir...

Para discutir, Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, colegas Deputados, quero dizer para o Deputado Lúdio que eu apresentei um projeto bem similar a esse projeto, com base no Estatuto Nacional da Juventude. Não sei se o meu projeto foi apresentado depois do projeto do Deputado Lúdio, mas eu quero aqui sair em defesa desse projeto, pela importância que tem esse projeto para a juventude do nosso estado.

Nós já temos uma lei federal que garante o transporte interestadual para os estudantes de baixa renda, que às vezes precisam fazer algum processo seletivo em outro estado ou até mesmo alguma prova. E isso já é uma realidade em nosso país, há mais ou menos uns dez anos, quando foi aprovado o Estatuto da Juventude, e mais... nada do que...

E é muito importante, a gente aprovar também esse projeto, garantindo o transporte interestadual, porque há muitos jovens que não têm condições, realmente, de pagar uma passagem de um município para o outro, e esse projeto vem para atender essa necessidade, principalmente, dos jovens de baixa renda.

Então, fica aqui, Deputado, o nosso apoio a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Não tendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Com três votos contrários dos Deputados Lúdio Cabral, Thiago Silva, Delegado Claudinei e Valdir Barranco, quatro votos, o projeto vai ao arquivo.

Em discussão, requerimento de autoria do Deputado Max Russi, que pede o arquivamento do Projeto de Lei nº 989/2021, que altera o dispositivo da Lei nº 10.587, que nós acabamos de votar por Lideranças Partidárias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai ao expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 789/2020, de autoria do Deputado Paulo Araújo, que torna obrigatório o direito de visitação da cozinha e outras dependências dos restaurantes, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares, localizados no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Para discutir, Deputado João Batista...

Deputado João Batista, o som.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Oi, Presidente, desativou... ativou agora.

Não, na verdade, eu estava com a mão levantada para o projeto anterior do Deputado Lúdio Cabral, votando contra o parecer.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Vamos registrar o voto do senhor também junto com os demais que votaram contra.

Ninguém querendo discutir o Projeto de Lei nº 789/2020, coloco o projeto em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Só registrar o voto contrário ao Projeto de Lei nº 789/2020 do Deputado Ulysses Moraes. Nesse projeto também é registrado o voto do Deputado Gilberto Cattani e o voto contrário do Deputado Elizeu, Dilmar Dal Bosco, Avallone e Deputado Sebastião Rezende. (PROJETO APROVADO EM 1ª VOTAÇÃO. VAI À 2ª DISCUSSÃO.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 929/2020, de autoria do Deputado Dr. Eugênio, que obriga as concessionárias e permissionárias de serviços públicos essenciais a divulgarem em suas faturas as campanhas de caráter público para conscientizar a população sobre questões de saúde e prevenção e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

Tem que ver o projeto do FEEF aí.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 955/2020, de autoria do Deputado Silvio Fávero, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.190, de 26 de novembro de 2014, que institui o Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas-SISEAD/MT e o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas-COESD/MT, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 84/2021, de autoria do Deputado Dr. Gimenez, que instituiu a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação (Síndrome de Diógenes). O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 287/2021, de autoria do Deputado Elizeu Nascimento, que dispõe sobre a proibição da cobrança de juros e/ou multas sobre dívidas referentes aos serviços públicos essenciais de fornecimento de água, tratamento de esgoto e energia elétrica, contraídas no período da calamidade pública, no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 332/2021, de autoria do Deputado Thiago Silva, que reconhece como de interesse turístico e cultural a Rodovia do Peixe - MT-471, no município de Rondonópolis. O parecer é favorável da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 376/2021, de autoria do Deputado João Batista, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.965, de 27 de agosto de 2008, que institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 511/2021, de autoria do Deputado Gilberto Cattani, que dispõe sobre a utilização de pronomes de tratamento e estabelece direito dos cidadãos ao aprendizado coerente da língua portuguesa. O parecer é contrário da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Para discutir, o autor do projeto, Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, as nossas crianças, quando estão em sala de aula, elas estão cativas ali e sujeitas a quem lhes ensina.

O nosso projeto, senhor Presidente, simplesmente impede que os nossos filhos recebam em sala de aula a tal linguagem neutra. Qualquer professor de português com um pouquinho de senso de responsabilidade sabe que quando na nossa língua portuguesa nós falamos sobre, por exemplo: todos os cavalos do Brasil... Essa frase engloba os cavalos machos e fêmeas. Se nós mudarmos isso para nossas crianças falarem “todes os cavalos”, isso é contra, é contrário à nossa língua portuguesa.

Então, quando eu fiz esse projeto, senhor Presidente, é para impedir que isso chegue às nossas escolas.

O parecer contrário do relator diz, senhor Presidente, que fere a súmula 1 de 2013, que preconiza que a Assembleia Legislativa não pode alterar o currículo nas escolas. Ora! Se isso não existe no currículo da escola, e nós estamos aqui impedindo que exista, nós não estamos alterando nada no currículo escolar.

Também diz que nós não podemos criar disciplinas; não estamos criando nenhuma disciplina.

Também diz que não podemos fazer inserção de conteúdos; não estamos fazendo nenhuma inserção de conteúdos. Ou seja, o parecer do relator não tem sentido. O parecer

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

do relator não contesta o nosso projeto de lei. Então, o parecer contrário do relator não tem força alguma contra o projeto de lei apresentado, senhor Presidente.

Eu gostaria de pedir aos pares que nos ajudassem a derrubar esse parecer. Porque, de fato, não tem sentido que ele exista.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Apenas para reforçar o pedido do Deputado que me antecedeu na fala e dizer que essa legislação, Deputado Cattani, já é inclusive realidade no Estado de Rondônia.

O que nós queremos com essa legislação, basicamente, é ensinar o português correto. Não se trata de preconceito ou nada do gênero. Basta única e exclusivamente ensinar a gramática, né, Deputado Cattani? A gramática simples, como ela deve ser.

Então, peço e reforço também o pedido aos colegas para que a gente derrube o parecer, uma vez que o parecer está em... Não está em acordo, não está em acordo com o que é realmente debatido no projeto. Não se trata de inclusão de matéria como outrora outros colegas tentaram fazer nesta Casa Legislativa, incluir várias matérias dentro da grade curricular, trata-se somente de exigir que o português seja o português correto, questão de gramática, acho que é simples, a gente quer exigir que seja ensinado o correto, para que não tenha prejuízo para disléxicos entre outras dificuldades.

Então, assim, o que a gente quer é exigir que a gramática seja ensinada da maneira correta para as nossas crianças.

Eu peço também que os colegas ajudem a derrubar esse parecer, uma vez que... Temos quantos, hoje... Deputado Dilmar, quantos Deputados presentes? Só para a gente ter uma segurança maior nessa... (PAUSA)

O SR. ULYSSES MORAES - Então, eu peço aos colegas que estão presentes na sessão, que a gente vote contrário, derrube o parecer, deixe o projeto tramitar, inclusive, até para que os que não concordam... para que sejam feitas mais discussões sobre esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Está aqui o projeto.

Senhor Presidente, quero fazer a defesa do parecer da Comissão de Educação da Assembleia.

Não tem sentido a turma do direito do ir e vir agora negar ao professor, ao trabalhador da educação, o direito de falar da forma como a liberdade de cátedra, que é um dispositivo constitucional, lhe permite.

Então, não tem sentido um projeto dessa natureza querer controlar aquilo que será dito em sala de aula, aquilo que será escrito em um documento de natureza educativa. Um absurdo, absurdo!

Então, assim... É fazer a defesa do parecer da Comissão de Educação, que é fundamentado, que é claro. Esse projeto é uma aberração do ponto de vista legislativo, do ponto de vista jurídico, querer disciplinar, por lei estadual, pronome de tratamento; uma lei estadual querer disciplinar pronome de tratamento dentro do ambiente escolar.

Já nos basta ter que conviver aqui com o negacionismo em relação à pandemia, agora, ter que aceitar a tramitação de um projeto com um conteúdo completamente sem sentido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Ora! E quem apresenta são os apologistas dos direitos de ir e vir, do direito das pessoas se pronunciarem como entenderem necessárias. Existe uma regra: liberdade de cátedra, uma lei estadual não pode disciplinar pronome de tratamento no ambiente escolar e no trabalho educacional.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Ainda para discutir, o último para discutir, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, eu não sei quem foi o relator dessa matéria na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto. Não fui eu, com certeza; mas, primeiro, quero começar dizendo que a Comissão de Educação tem rejeitado projetos como esse de todos os Deputados, inclusive, projetos meus, projetos do Deputado Allan Kardec, que tinha um projeto que também foi rejeitado com base na mesma justificativa técnica.

E, segundo, dizer que é lamentável que os professores sejam concebidos por essa visão rasa, rasa. É lamentável! Professor nenhum em sala de aula... Eu nunca vi professor em sala de aula fugir do tratamento formal estabelecido pela gramática brasileira, nunca vi! Pelo contrário, a gramática é sagrada e tem que ser seguida.

Agora, no comum do dia a dia, não se estabelecem regras; agora, na docência formal, são estabelecidas as regras da gramática. E, aí, quero dizer o seguinte: é uma furada! Não entende de gramática quem vem com essa história de que é macho ou fêmea. Não é assim! Nós temos o substantivo epiceno, que obviamente vai estabelecer o jacaré macho, o jacaré fêmea, mas nós também temos os substantivos, por exemplo, no caso do elefante... Qual é o feminino de elefante? É aliá ou elefanta, não é elefante macho, elefante fêmea.

Então, a natureza é sábia. Na natureza, nós também temos as classificações que se divergem; agora, nós vamos proibir o professor de ensinar para o aluno que elefante não é elefante macho e elefante fêmea, que elefante é elefante para o macho e aliá ou elefanta para a fêmea?

Então, quem está falando de gramática não entende nada de gramática, tem que voltar para a escola para aprender gramática.

E respeite os professores! Respeite! Os professores merecem respeito! Eles não ficam ensinando fora daquilo que estabelece a nossa ortografia e gramática formal, não!

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Valdir Barranco.

Questão de ordem, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Apenas para manifestar aqui... Na verdade, para encaminhar o projeto, para encaminhar. Alguém para discutir mais?

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Tem uma discussão.

O SR. ULYSSES MORAES - Apenas para falar para os colegas que ficam nesses discursos ideológicos que a questão é um pouco mais grave. Um projeto desse aqui não só vem ensinar da maneira correta a gramática, mas trata de uma questão extremamente importante que é a não segregação de alguns grupos. A linguagem neutra, para quem não sabe, ela pode segregar, por exemplo, os cegos.

Como é que vamos explicar para os cegos, em libras, a linguagem neutra? Trata-se de segregação.

Então, esse discurso ideológico está mais do que... Sob a falsa premissa de agregar, ele está segregando. Então, a gente tem que tomar cuidado com esse tipo de coisa. O que a gente está exigindo com esse projeto é que se ensine o português correto sem segregar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Então, aqui: “O uso da linguagem neutra viola as leis estaduais 7.835/2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da linguagem brasileira de sinais - libras - nas escolas da rede pública e 8.015/03, que dispõe também sobre a obrigação para utilização da linguagem brasileira de sinais - libras - na veiculação de propaganda oficial.” Vamos tentar agregar ao invés de segregar. O que a gente quer, única e exclusivamente, é ensinar o correto para as nossas crianças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Vou conceder também, como o Deputado Ulysses pediu, era questão de ordem, vou conceder também o encaminhamento ao Deputado Lúdio para pormos em votação.

O SR. LÚDIO CABRAL - Presidente, é só uma questão de utilidade pública - viu, Ulysses? Cego é braile, surdo é libras, você pronunciou errado ali. Eu espero que seja só um erro de... um lapso. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Não tem mais discussão, eu coloco o projeto, então, em votação.

O Deputado Thiago Silva já pediu vista; vou conceder vista, então, ao Deputado Thiago Silva.

O FEEF já está aqui também, mas eu vou pôr em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 963/2021, Mensagem nº 168/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Programa Mato Grosso Série A e dá outras providências. O parecer da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto é favorável, prejudicando a Emenda nº 01; e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é favorável nos termos do Substitutivo nº 1, prejudicando a Emenda nº 01.

Para discutir, Deputado Valdir Barranco. Esse projeto? Para discutir, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente, é porque eu não quis fazer a discussão desse projeto na primeira, só para justificar que eu votei favorável a esse projeto, e vou votar novamente favoravelmente, até porque eu defendo que o serviço público, o ente público, a máquina pública, ela possa se dedicar a aplicar recursos públicos para a educação, para a saúde, para o transporte coletivo, para o transporte dos alunos.

Mas, também, eu vejo que o esporte é muito importante para dar oportunidades às crianças, dar oportunidades aos que saem das periferias. E o próprio Deputado Wilson Santos hoje deu uma aula aí sobre a importância do futebol na cultura brasileira. E eu não vejo outra porta de oportunidades para mudança, e para alcance de sonhos, de melhorias de vida, do que através do esporte.

E também defendo que sejam aplicados recursos para as escolinhas. O Deputado Claudinei já falou sobre isso. Acho que tem que ter um programa, sim, na Secretaria de Cultura e Esporte aqui do estado para as escolinhas, para os municípios. E com bem menos recursos que esse, nós vamos conseguir alcançar uma alta taxa de crianças e adolescentes que poderão ser inseridos no mercado do esporte e na prática do esporte; muitas vezes, nos bairros ou nas comunidades em que eles moram, não há nenhum espaço para que possam praticar o esporte.

Mas defendo esse projeto, também, porque eu parto do princípio de que é necessário investir nos clubes também que já estão profissionalizados. O Cuiabá, em que pese ser uma instituição privada, mas vai ter que prestar contas desse dinheiro, vai ter que prestar. Espero que estejam preparados.

O meu primeiro clube, da minha família, como um todo, é o Palmeiras, né? Sempre! Mas o meu segundo clube é o Cuiabá. E quando o Cuiabá esteve lá no Alliance Park e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

venceu o Palmeiras, eu não fiquei mais chateado porque era o Cuiabá. E sempre que for outro time jogar contra o Cuiabá, eu vou torcer pelo Cuiabá. E quando o Palmeiras vier a Mato Grosso, agora no segundo turno, eu vou torcer pelo Palmeiras, mas quero... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Para discutir, Deputado Delegado Claudinei; depois, Deputado Wilson Santos.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Senhor Presidente, nesse projeto cabe vista ainda?

O Sr. Wilson Santos - Não, Claudinei, larga mão.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Caber vista, cabe. Basta Vossa Excelência...

O Sr. Wilson Santos - ...Prejudica, não. A torcida do Cuiabá está toda aguardando aí a votação.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Foi pedida vista na primeira, agora está votando em segunda.

O Sr. Wilson Santos - Deixa passar, Claudinei... Vai beneficiar os times de Rondonópolis...

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - ...Para ver a questão das emendas que foram colocadas, tudo, quero dar mais uma analisada, vou pedir vista desse projeto.

O Sr. Wilson Santos - O senhor me permite, senhor Presidente, esclarecer para ele? Foi atendida a emenda dele.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Permito, porque até nós colocamos, Vossa Excelência participou, Deputado Gilberto Cattani...

O SR. WILSON SANTOS - Claudinei, a sua emenda acabou sendo atendida no substitutivo. Então, recursos terão também para os clubes que estiverem nas séries C e D, aquilo que você havia proposto.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Ah, então, beleza. Então, eu retirei o pedido de vista, vou votar favorável.

O SR. WILSON SANTOS - Sim, sim. Está atendido.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Com a palavra, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Só para agradecer, senhor Presidente, a todos os colegas Deputados. O projeto foi debatido exaustivamente, é um voto de confiança que nós damos ao futebol profissional do estado.

Cuiabá já revelou grandes atletas. Nós já tivemos três cuiabanos que chegaram à seleção brasileira de futebol: Traçaia, nos anos 50. Traçaia até hoje é o maior artilheiro da história do Esporte Recife, com 202 gols; tivemos depois aqui, senhor Presidente, o Willian, filho de Délio, aqui do Palmeirinhas do bairro do Porto, jogou no Vasco da Gama, foi meia-esquerda, fez gols pela seleção brasileira; e, por último, Beto Cuiabano.

Então, nós temos atletas aqui de nível, de competição, e eu tenho certeza de que esse apoio financeiro do Governo do Estado, que já está sendo divulgado na camisa de todo o material esportivo do Cuiabá, será muito bem gerido. E nós estendemos no substitutivo também o patrocínio financeiro para aqueles clubes que chegarem às séries B, C, e D.

Então, está todo mundo contemplado, aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Não tem mais discussão, coloco o projeto em votação. Os Deputados...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Corte o som do Deputado Delegado Claudinei, fazendo o favor, está dando retorno aqui.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Com o voto contrário do Deputado Lúdio Cabral, o projeto está aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 965/2021, em urgência urgentíssima, já com os pareceres, acatando o Substitutivo Integral nº 1 da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, como também da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de autoria de Lideranças Partidárias, que altera dispositivos da Lei nº 10.709, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade e recolhimento a fundos estaduais por contribuintes que fruem benefícios fiscais nas hipóteses que especifica e dá outras providências.

Para discutir, Deputado Dr. João. (PAUSA)

O SR. DR. JOÃO - Boa tarde, senhor Presidente; boa tarde, colegas; boa tarde, plenário, TV e rádio Assembleia que nos assiste, pessoas lá em cima que estão esperando até agora... treze horas.

Queria falar que hoje foi uma discussão... Hoje aqui foi um... A gente que tem menos experiência do que o Sebastião, por exemplo, do que o Wilson, do que o Dilmar, do que o Botelho, hoje aqui teve uma aula do que é um Parlamento, uma aula de negociação, uma aula de democracia.

E eu queria, senhor Presidente, fazer um agradecimento especial ao senhor, porque, na realidade, esse projeto, se você fosse ver no fundamento dele, ele já tinha sido votado, e o governador poderia ter vetado e a gente fazer outro. Aí, o Deputado Botelho nos procurou, procurou a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, e nós o colocamos novamente em pauta.

Então, agradeço ao senhor, de coração, pelo seu esforço, pela sua compreensão de a gente hoje estar definindo de vez o FEEF. O senhor foi muito importante nessa negociação, aprendemos muito - nós da Comissão de Saúde -, junto com os colegas, e votamos a favor, a Comissão de Saúde, da forma como ficou.

Eu queria agradecer ao Deputado Dr. Gimenez, ao Deputado Dr. Eugênio, ao Deputado Lúdio Cabral, pela significância que nós estamos fazendo. E essa negociação em que o Lions da Visão, que está presente aqui, que tinha 1,14% e no projeto anterior tinha 3%, eles estão nos solicitando 6, meia dúzia; depois de muita negociação, o Deputado Sebastião Rezende, que tinha feito o substitutivo, concordou, todos os colegas da comissão e todos os colegas aqui presentes.

Então, o FEEF, para o Instituto Lions da Visão, vai ficar em 5%... Ah, seis, então, ficou em 6%.

E nós vamos discutir uma coisa, de seis em seis meses, em acordo com o Presidente Dilmar Dal Bosco, nós vamos fazer uma revisão de todo o rendimento, de todos os hospitais que fazem parte do FEEF, todas as instituições, para ver o funcionamento e para ver o que é que estão fazendo, e o que vale a pena. Nós podemos mexer, no futuro, em qualquer parte daqueles que produzem mais, sendo beneficiados, e menos aos que produzem quase nada.

Então, daqui a seis meses, conversando com o Presidente Dilmar... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. DR. JOÃO - Nós acordamos isso, e daqui a seis meses nós fazemos uma revisão geral.

Então, a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, em meu nome, do Deputado Dr. Lúdio, Dr. Gimenez e Dr. Eugênio, está aprovado... Sebastião, obrigado; a todos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

os colegas, Botelho, Dilmar, Comissão de Saúde, e... Elizeu Nascimento, que esteve ontem lá, uma presença muito importante solicitando isso, e Deputado Ulysses, todos que estão aqui presentes.

Eu quero agradecer a todos e desejar boa sorte, que vocês operem muito, tratem muito, arrumem a oftalmologia para que dê um salto muito importante no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado a todos. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Para encaminhar, Deputado Eduardo Botelho.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Só para fazer um breve resumo aqui de tudo, de como é que foi criado esse fundo.

Esse fundo começou lá, em 2017, quando os hospitais estavam todos fechados, estavam tendo problemas de repasses, e aí nós idealizamos, junto com o governo Pedro Taques, ainda, a criação de um fundo.

Nós sofremos todo tipo de pressão aqui dentro para aprovar esse fundo na época. Os Deputados que estavam aqui sabem a pressão que eu, especialmente, passei. O pessoal dos frigoríficos, todos vieram, a pressão era grande, e nós conseguimos aprovar e criar esse fundo para manter em pé esses hospitais filantrópicos, que é a base do pobre, que é o que mora no bairro, que não tem como pagar um plano de saúde, eles vão aonde? Eles vão a esses hospitais filantrópicos.

Por quê? Essa tabela SUS é uma tabela de faz-de-conta. É uma tabela que tem, não sei, acho que mais de dez anos - né, Eugênio? - sem ser reajustada, uma tabela que não paga mais os custos, é fora da realidade. O Brasil, nós - brasileiros - vivemos muito nessas coisas. Por que não cria uma tabela real e faz o real? Mas fica nessa... fica nesse aí, por exemplo, de pagar dez reais por uma consulta. O único que dá consulta a dez reais... só eu, que não sou médico, aí, eu posso dar uma consulta, Eugênio! Mas um médico, o cara que está ali, que vai analisar você, que vai escutar, que vai tudo... Não tem cabimento, gente! Os preços das cirurgias são ridículos.

Então, nós criamos esse fundo para dar um suporte a esses filantrópicos, para que eles continuem a fazer esse belíssimo trabalho que eles fazem.

Depois vieram as mudanças aí com a saída da Santa Casa, nós tivemos como ampliar isso, colocando mais hospitais que os Deputados assim o trouxeram. Ainda que eu fosse contra, aceitei essas mudanças, porque eu entendia que deveria ficar só os grandes. Mas tudo bem, os Deputados mostraram as justificativas, colocaram os hospitais aí que estão sendo importantes também para atender a população.

Agora veio essa discussão, o projeto foi aprovado, mas os números ficaram um pouco defasados, um pouco aleatórios, ruins para algumas instituições, especialmente para o Lions da Visão. Eles estão fazendo uma grande... aqui, construindo o maior hospital de olhos, talvez da América do Sul... da América Latina. E por que nós não damos essa estrutura para eles? Se está atendendo o povo... Muitas pessoas aqui já estavam sem enxergar, sem condições nenhuma, vai bater à porta lá, e eles fazem uma cirurgia totalmente gratuita, saem de lá enxergando.

Precisávamos fazer essa correção. Precisávamos fazer.

Então, eu segurei esse projeto e tive a compreensão de todos os Deputados. Nós aprovamos o requerimento na sessão passada, arquivando esse projeto e reativando o novo projeto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Foi feita uma discussão ampla. O Deputado Sebastião Rezende gostaria de defender o hospital evangélico, que inclusive ampliasse, mas infelizmente foi voto vencido, mas foi mantido um valor razoável para o hospital evangélico.

Então, assim que é o Parlamento.

E nós conseguimos aqui... Os Deputados da Comissão de Saúde foram nota dez. Parabéns, Dr. João, Eugênio, Gimenez, Lúdio, gigantes aí nessa área. Por isso que eu falo, chegaram para mim coisas de saúde, eu já falo: eles que resolvem. Porque não adianta, Wilson, nós não somos da saúde, eles que estão vivendo a saúde, eles que sabem... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. EDUARDO BOTELHO - Só mais um minuto.

Então, diante de tudo isso, só para encerrar, eu quero dizer que fui criticado por alguns, fui criticado, mas não tem problema, a crítica é para isso mesmo. Nós estamos aqui para receber críticas, e quem não quiser ser criticado não entre na política.

Então, eu aceito as críticas, e para mim não tem problema nenhum. Vamos continuar, vamos continuar trabalhando. Eu tenho certeza de que esse fundo vai ajudar vocês a fazerem um trabalho belíssimo, todos os hospitais: Hospital Geral, Hospital Santa Helena, Santa Casa de Rondonópolis, hospital lá de Sinop, de Vila Bela da Santíssima Trindade, que Sebastião Rezende colocou aí, o Hospital Evangélico, que atende a população gratuitamente também.

Então, parabéns, Deputado Elizeu, que participou ativamente também de todas as negociações; Deputado Wilson Santos, todos que deram apoio para que esse projeto chegasse a esse final.

E eu peço agora, vamos votar todos SIM e aprovar esse projeto. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Claudinei; depois, Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Senhor Presidente, então, estou com uma cópia aqui do projeto original, e pelo que eu vi teve uma alteração no anexo de percentuais para os hospitais filantrópicos.

Só para confirmar, a Santa Casa de Rondonópolis teve alteração?

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Não teve, não.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Continua então 17,39%?

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - 17,39%, o que teve de alteração foi no Hospital Geral, de 24,79%, caindo para 21,79%, tirando três percentuais.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Ah, *ok*.

Então, quero agradecer aos Deputados, parabéns pela negociação, acho que realmente o Instituto Lions da Visão tinha que realmente ter esse apoio. E confirmar então... A minha dúvida era só com questão da Santa Casa de Rondonópolis, que não teve a queda, porque realiza procedimentos de média e alta complexidade, não só Rondonópolis... (FALHA NO ÁUDIO)

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Obrigado, Presidente.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Então, passo a palavra agora ao Deputado Elizeu Nascimento, três minutos.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhores Deputados, senhor Presidente, TV e rádio Assembleia, um dia muito produtivo, e que nos faz sair desta sessão com o sentimento do dever cumprido.

Após alguns dias buscando, junto à Diretoria do Lions, estivemos pessoalmente lá no instituto, ouvimos o senhor Whady, que hoje preside o Instituto Lions, o qual nos colocou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

números que infelizmente, da forma como estava, o FEEF não tinha condições de continuar, até porque o Instituto Lions hoje tem uma demanda no local que está ali, na Lixeira, terra do nosso grande Deputado Wilson Santos.

E, ali, a gente, como já havíamos participado da conclusão da obra do Instituto Lions, do hospital hoje referência na América Latina, referência aqui na região Centro-Oeste, no Brasil, que nós buscamos esse investimento, junto ao Governo do Estado, através do duodécimo, esse um milhão de reais, investindo lá no Lions da Visão, para conclusão da obra e ouvindo, sabendo do tamanho daquele hospital, sabendo dos gastos, nós precisávamos fazer algo para que esse recurso fosse apenas ampliado para custeio.

Aqui, eu parablenizo todos os Deputados que estiveram envolvidos, a Comissão de Saúde, enfim, todos que realmente abraçaram essa causa. E nós não podemos deixar um hospital tão valioso, tão grandioso, como é o Instituto Lions, que hoje entra para o cenário da nossa querida Cuiabá do nosso estado, como um hospital que vai reduzir imensamente a fila de espera por cirurgias oculares, por cirurgias da visão.

Então, assim sendo, nós abraçamos essa causa, buscamos com os Deputados, fazer com que esse um e pouco por cento pudesse se tornar 8%, e acabamos fechando em 6%, que vai atender bem nesse primeiro momento o Instituto Lions.

Portanto, parabéns a todos os Deputados.

Encaminho aqui o meu voto favorável a esse projeto de lei, que com certeza fará a diferença na vida, não... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Mais um minuto.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Não do Instituto Lions, não fará diferença na vida do Instituto Lions, mas fará a diferença na vida da nossa população mato-grossense.

Muito obrigado.

E conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Elizeu Nascimento.

Com a palavra, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, este é o papel do Parlamento: tentar construir políticas públicas justas.

A política de incentivos fiscais sempre existiu em Mato Grosso, mas ela foi modulada a partir do governo Carlos Bezerra, quando o então governo Bezerra criou o chamado Prodei, o Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado. A partir dali, empresários começaram a se interessar em implantar as suas plantas aqui em Mato Grosso.

De lá para cá, tivemos uma série de modificações, e em alguns momentos, o próprio comércio foi inserido, depois retirado. E, quando o governador Mauro Mendes chega ao governo, ele encaminha aqui a esta Casa um projeto de lei complementar que altera a política de incentivos fiscais do estado, reduz os incentivos fiscais. Há uma gritaria generalizada. Hoje, tudo isso já está devidamente ajustado.

Mas no governo anterior, com o Pedro Taques, por pressão de alguns parlamentares que sofriam pressões de direções de entidades filantrópicas, eram poucas naquele momento... Hoje houve uma expansão enorme, praticamente triplicou o número de entidades, originalmente de maneira pioneira nesse processo.

O governador Pedro Taques, então, nomeou o Deputado Botelho para pilotar a construção, junto com o doutor Marcelo Sandrin, junto com outros dirigentes de entidades filantrópicas, e nasceu o FEEF, que é o Fundo Estadual de Equilíbrio Financeiro. Esse FEEF nasce, e começamos então a atender ali quatro entidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Na reta final da aprovação, o Deputado Botelho aparece aqui de maneira ofegante para incluir o Lions da Visão; e incluiu o Lions, foi o quinto ali.

E depois disso, senhor Presidente, várias outras entidades foram apresentadas, principalmente pelo Deputado Sebastião Rezende, que apresentou os hospitais evangélicos, lá de Vila Bela, Pontes e Lacerda, Rondonópolis, Poxoréu... E foi aumentando essa lista de entidades beneficiadas.

O Deputado Thiago também apresentou lá, de Rondonópolis, o Paulo de Tarso, né, Deputado? Isso aí, Vossa Excelência junto, sob a liderança do Deputado Sebastião Rezende, vocês dois na linha evangélica, ampliaram bem o número de hospitais beneficiados por esse programa, cresceu bastante, só vocês dois colocaram quase dez hospitais aí. Parabéns! (RISOS) Vocês não são fracos não, viu? As orações têm dado resultado, irmão!

E encerro, Presidente, dizendo sobre o Lions, sobre o Santa Helena, fiquei de olho aqui para não tirar um milésimo do Santa Helena nessa negociação, certo? Estou em contato aí com o doutor Marcelo Sandrin. É a grande maternidade de Mato Grosso, 700 a 800 nascimentos por mês.

Então, doutor Marcelo, pode dormir tranquilo, sei que não dorme, às duas da manhã já está passando mensagem aí na rede social. Não foi mexido nos percentuais, e confirmo aqui, Elizeu, e também... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Mais um minuto.

O SR. WILSON SANTOS - Excelência, para não pedir encaminhamento, que no encaminhamento são mais quinze.

Presidente, então, não foi retirado nenhum percentual do Santa Helena, nem do Hospital de Câncer; porque, se fosse, aqui não passaria esse projeto, certo?

As acomodações que aconteceram aqui foram basicamente sobre entidades filantrópicas ou de hospitais de origem privada, e alguns até com financiamento de americanos, são mantidos por grupos empresariais norte-americanos, que tinham elevados percentuais, né, Elizeu?

O Sr. Elizeu Nascimento - É verdade.

O SR. WILSON SANTOS - Então, foi feita aqui uma conta de maneira justa.

E agora quero dizer o seguinte aos diretores dessas entidades: tomem cuidado com esse dinheiro, porque é público, apliquem de maneira correta e transparente, para que depois, amanhã, vocês não venham aqui reclamar que foram cortados e extintos do programa. Sejam corretos, justos e transparentes, de preferência... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Vou conceder mais 30 segundos para o senhor aí, porque... senão tem que conceder...

O SR. WILSON SANTOS - Obrigado, Presidente, Vossa Excelência foi generoso. Seu hospital lá em Sinop também está bem, com mais de 7% também não foi retirado, a diretoria lá tem que agradecer ao senhor e fazer uma estátua para o senhor também lá na entrada da cidade, vai mudar a vida desse hospital também.

Então, de maneira que o Parlamento enfrentou as empresas beneficiadas com incentivos fiscais, é daí a origem desse dinheiro. Então, é dinheiro de incentivos fiscais, de empresários beneficiados por políticas de incentivos fiscais, que vai atender quem? O pessoal do SUS, o povão das classes C, D e E, que não tem dinheiro para fazer um transplante, fazer uma cirurgia.

Parabéns a todos os Deputados, sem exceção, aos 24, que merecem os aplausos da sociedade mato-grossense.

Parabéns! (APLAUSOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Wilson Santos, eu queria aqui...

Por que foi buscado o entendimento, doutor Whady Lacerda? Tem que ter a interpretação... Nós criamos na semana passada uma Comissão Especial aqui na Assembleia Legislativa, representando os 24 Deputados no Colégio de Líderes para tratar sobre emendas parlamentares, para que a gente definisse como é que ia cumprir com emendas parlamentares para 2022, e como iria cumprir o pagamento para 2021. E foram destinados três colegas Deputados para tratar desse assunto: Deputado Carlos Avallone, Paulo Araújo e eu.

E hoje aprovamos aqui um projeto de lei, em urgência urgentíssima, dando essas condições de pagamento.

Da mesma maneira, eu quero justificar que, quando foi apresentado o primeiro projeto de lei aqui para falar sobre o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado de Mato Grosso, aqui na Assembleia Legislativa, nós denominamos a Comissão de Saúde para trazer todo o descritivo do projeto, todo o estudo do projeto, e apresentar que nós aprovaríamos o projeto, e nós aprovamos o projeto.

E depois veio o segundo projeto, apresentado aqui dentro do Parlamento, e aí toda hora a gente pede: foi discutido com a sociedade, foi discutido com os hospitais filantrópicos? E aí a Comissão de Saúde, que tinha essa responsabilidade, nos representando a todos, agora apresenta a terceira modificação. É isso o que eu pedi aqui, está tendo o diálogo, e a conversa... Não que o A, B ou C, o Lions, para mim, poderia colocar aí 20%, que seria muito melhor para todos nós, até porque tem também o Instituto Lions, o hospital dos olhos lá de Sinop também, que eu acho que vai atender muito a sociedade, e tem feito um serviço excepcional para Mato Grosso.

Então, isso que foi o debate.

Quero agradecer a compreensão, acho que chegamos ao denominador, e a Comissão de Saúde tem a responsabilidade de, a cada seis meses, reavaliar todos os procedimentos, em cima de procedimentos, para que se altere ou não o FEEF.

Então, foi isso que deu esse debate aqui dentro do Parlamento. E aqui a construção, com toda a certeza, foi de todos os parlamentares, até porque nós aprovamos representando todos nós, a Comissão de Saúde, um primeiro projeto, o segundo projeto, e agora o terceiro, a modificação, que foi dado o parecer tanto da Comissão de Saúde como da Comissão de Justiça, da qual também faço parte.

Coloco aqui o projeto em 2ª votação, não tem mais discussão. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado, unanimemente, por todos os parlamentares. Vai ao expediente. Vai à sanção, porque não tem nenhuma modificação no substitutivo integral.

Em discussão, requerimento de Lideranças Partidárias, que eu coloco em discussão com reuniões programadas através da Comissão do Parlamento para tratar das emendas, que trata da Seduc, Sinfra, Setasc, Sesp, Ses, Seaf, Fundeb, Sedec, Intermat, enfim, todas as secretarias para tratar das emendas parlamentares, um requerimento de datas previstas com a comissão, instaurada pela Mesa Diretora.

Ninguém para discutir? Coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado o requerimento.

Tem mais dois projetos, tem as datas, vou passar para todos os Deputados, nos gabinetes, já informando as datas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 695/2021, de autoria do Deputado Max Russi, que dispõe sobre o prazo de prescrição para o exercício da pretensão punitiva, no âmbito do Tribunal de Contas, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública, nos termos do Substitutivo Integral nº 02, rejeitando o Substitutivo Integral nº 01.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 452/2021, de autoria do Deputado Max Russi, que altera dispositivo da Lei nº 7.554, de 10 dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação da Carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, altera a Lei nº 7.189, de 26 de novembro de 1999, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública nos termos do Substitutivo Integral nº 01.

Ninguém que queira discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Dou por aprovado. Vai à 2ª discussão.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Vamos passar à Explicação Pessoal, o primeiro inscrito é o Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Senhor Presidente, senhores Deputados, eu vou utilizar hoje a Explicação Pessoal, primeiro, para falar de uma reunião que tive ontem aqui no meu gabinete.

Eu fui procurado pelo vereador Rogerinho, do PSDB de Várzea Grande, conhecido também como Rogerinho da Dakar, que me trouxe, depois de uma reunião que teve com o delegado doutor Mário, que é o delegado-chefe, delegado da Polícia Civil do Estado. Preocupado com a Guarda Municipal de Várzea Grande, que tem um armamento bastante precário, ainda de alguns anos atrás, ele foi conversar com o doutor Mário, na possibilidade da troca que está havendo do armamento da Polícia Militar, da Polícia Civil, melhor dizendo, mas acho que da Militar também, se estas armas que vão ser descartadas ou que vão sobrar, se elas poderiam ser doadas para a Guarda Municipal de Várzea Grande. E recebeu uma sinalização favorável do delegado doutor Mário.

Porém, tinha um problema, para que pudesse ser doada, logicamente, depois de aprovada pelo governador Mauro Mendes, ela vem com um emblema da Polícia Militar, da Polícia Civil, vem com uma série da própria polícia, e esta série precisa ser removida; e, para fazer essa remoção, precisa de uma máquina, que tem um valor em torno de 33 mil, 34 mil reais, que precisaria ser comprada.

E ele ficou de viabilizar uma emenda e me procurou; e eu estou disponibilizando essa emenda, um valor de 40 mil reais para a Polícia Civil para compra dessa máquina, que vai servir para remover esse emblema da Polícia Civil, essa série, que é uma série só da Polícia Civil, para que na arma possa ser inserido um novo número de série, e... Não a série original da arma, mas a da corporação e o emblema da Guarda Municipal de Várzea Grande.

Então, vereador Rogerinho, quero parabenizá-lo pela iniciativa, parabenizar o delegado doutor Mário pela sensibilidade em se comprometer em trabalhar o assunto perante a Polícia Civil e o governador Mauro Mendes. E isso vai permitir que a Guarda Municipal de Várzea Grande possa estar melhor servida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Então, é um belo trabalho, e eu quero parabenizar.

Quero ainda aproveitar aqui na Explicação Pessoal para falar um pouco sobre o Deputado Federal Emanuelzinho. Eu conheço o Emanuelzinho há muitos e muitos anos, como conheço os pais dele: o prefeito Emanuel e a Márcia Pinheiro.

É um rapaz que tem princípios firmes, é um rapaz que tem feito um belíssimo trabalho como deputado federal. Havia muitas dúvidas sobre o deputado Emanuelzinho: “Ah, é um rapaz muito jovem, 23 anos de idade, deputado federal, ele vai ter condições de fazer um bom mandato?” E ele teve uma votação expressiva, assumiu como deputado federal; e, lá em Brasília, já rapidamente conseguiu se destacar. Hoje, é presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal, o que não é fácil, nem para deputados de segundo mandato, quanto mais para um deputado jovem de primeiro mandato.

Tem atendido - e eu tenho visto isso - todos os municípios, vereadores, uma disposição para o trabalho impressionante, tem trabalhado muito pela Baixada Cuiabana, pelos municípios aqui, onde ele teve a maior votação.

(O SR. WILSON SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. CARLOS AVALLONE - E ontem saiu uma reportagem que teve uma divulgação grande sobre uma carta escrita de próprio punho pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson, uma pessoa que eu conheço há bastante tempo, tive a oportunidade de conhecê-lo ainda, há muitos e muitos anos, porque ele tinha uma amizade muito grande com o professor João Vieira, que foi meu professor, foi secretário do Wilson Santos na prefeitura de Cuiabá. E o João era muito amigo do irmão dele, uma pessoa que a gente sempre teve uma consideração muito grande, mas infelizmente nos últimos seis meses aí, com esses envolvimento nas questões de *fake news* e de... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. WILSON SANTOS - Pode liberar o tempo.

O SR. CARLOS AVALLONE - Com esses envolvimento em *fake news*, acabou tendo uma operação que ele foi preso, e está hoje aguardando posições da Justiça para isso. E, lá, ele escreveu uma carta de próprio punho, onde ele atacou e ofendeu muito o deputado federal Emanuelzinho. Atacou a família, falou de árvore... falou de uma série de coisas, que nós não podemos... Eu não posso aceitar esse tipo de colocação.

As questões políticas do PTB, políticas partidárias, são internas, e deveriam ser tratadas dessa forma, em minha opinião; não tenho nada a ver com o PTB, mas tenho a ver com o deputado federal, que é do nosso estado, neste momento, principalmente, em que nós temos aguardado uma posição da Justiça sobre o afastamento do prefeito Emanuel Pinheiro. Um assunto em que o Deputado Wilson Santos se posicionou muito bem, e quero aqui parabenizar o Deputado Wilson Santos pela coragem, pela postura e pela dignidade, em se posicionar e falar o que é a administração de uma prefeitura em um estado, e que a gente sabe o que significam indicações, o que significa tudo isso.

Então, estamos aguardando o posicionamento da Justiça, todos, mas eu não poderia deixar aqui de valorizar o deputado Emanuelzinho, que tem feito um belíssimo trabalho por Mato Grosso e está orgulhando o Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, Deputado Túlio Fontes, representante da grande região de Cáceres.

O SR. TÚLIO FONTES - Obrigado, senhor Presidente.

Eu quero em rápidas palavras aqui agradecer, primeiro esta Casa, todos os colegas Deputados pela aprovação das indicações que eu venho fazendo e, em especial, das

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

indicações que já foram materializadas, ou seja, já foram aprovadas e acatadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

Eu quero falar, especialmente, em relação ao novo complexo esportivo Ginásio Didi Profeta, já está no sistema de convênios; o Geraldão, que será o estádio Geraldão, um palco de grande alegria do povo cacerense, que será objeto de uma ampla reforma também; da praça Duque de Caxias, que é uma praça centenária, uma praça no coração da nossa querida Cáceres; e também do miniestádio do Jardim Paraíso.

Essas obras são de suma importância. E quero aqui, publicamente, agradecer aos nobres colegas Deputados, e dizer também muito obrigado ao Governo do Estado, especialmente ao governador Mauro Mendes, que entendeu a relevância, a importância, Presidente, dessas nossas indicações, as acatou, e garantiu a liberação dos recursos necessários para que nós pudéssemos fazer, lá em Cáceres, a revitalização do Geraldão, a revitalização do Complexo Esportivo Ginásio Didi Profeta, que, diga-se de passagem, foi construído ainda pelo meu querido saudoso pai, Antônio Fontes, e também da praça Duque de Caxias; e, por fim, do miniestádio do Jardim Paraíso.

Portanto, eu quero aqui agradecer publicamente ao governador Mauro Mendes pela sensibilidade.

Mato Grosso vai bem, Mato Grosso caminha a passos largos, rumo ao desenvolvimento, não resta dúvida. E vejo que cada vez mais, daqui para frente, a pandemia passando, Presidente, nós vamos conseguir vencer etapas e mais etapas, rumo ao desenvolvimento que todos nós almejamos para os mato-grossenses, para os cacerenses, para os cuiabanos, enfim, para toda a nossa gente.

Meu muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns ao Deputado Túlio Fontes.

Quero aqui apenas parabenizar as entidades filantrópicas que trabalham com a saúde, são treze entidades que acabaram sendo contempladas, a importância dessas entidades filantrópicas na área da saúde como o Hospital Santa Helena, que é o hospital que mais realiza partos no Estado de Mato Grosso, são quase 800 nascimentos, tanto de cesariana, como também de partos normais, por mês, aqui, o que dá algo em torno de oito, nove mil partos, só no hospital Santa Helena, hospital importantíssimo, quase tudo isso de atendimento SUS.

Parabéns ao doutor Marcelo Sandrin e a toda a sua equipe maravilhosa, que faz um trabalho digno. O hospital Santa Helena tem, a cada dia, melhorado o seu atendimento, corpo clínico, servidores. Está de parabéns. E este Parlamento reconheceu isso, garantindo recursos importantes para o dia a dia, para o cotidiano desse importante hospital.

Vai também aqui um abraço à direção do Hospital de Câncer, que tem feito um belíssimo trabalho, o hospital tem a cada mês, a cada dia, ofertado mais serviços; recentemente inaugurou diversos leitos de UTI pediátrica, neonatal, cada vez com mais credibilidade, atendendo mais gente. Parabéns à direção do Hospital de Câncer, que teve também o amparo aqui da Assembleia Legislativa de Mato Grosso; como também contemplamos o Hospital Geral Universitário, o maior percentual para o Hospital Geral Universitário, que trabalha também com a média e com alta complexidade, um hospital universitário, um hospital que depois que o grupo Unic assumiu, o grupo Kroton, sem dúvidas, melhorou muito os serviços prestados à população.

Também à Santa Casa de Rondonópolis, a diversos hospitais evangélicos, aqui em Vila Bela da Santíssima Trindade, em Pontes e Lacerda, em Rondonópolis, em Poxoréu, o Hospital Dr. Nicolau Fragelli em Poconé, um hospital carente de tudo e que a Assembleia Legislativa não esqueceu, contemplou com importantes recursos mensais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Então, eu quero deixar um grande abraço e fazer um alerta às diretorias desses hospitais filantrópicos: procurem aplicar o dinheiro com toda a correção, com toda a transparência. E, se possível, encaminhar essas prestações de contas à Assembleia Legislativa também, à Assembleia Legislativa também!

Quero agora passar a palavra ao nosso colega Deputado Delegado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Presidente, obrigado.

Se o senhor puder me conceder mais um minuto se eu precisar, são dois assuntos relacionados...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - O tempo está livre para Vossa Excelência, não ultrapassando três horas, por favor.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - (RISOS) Obrigado, Presidente.

Só quero falar de uma indicação, Presidente, que a gente apresentou aí hoje ao Governo do Estado e ao secretário de Fazenda, que nós vamos aprovar com certeza, logo aprovaremos o Projeto de Lei Complementar nº 49/2021, que é a redução do ICMS, proposto pelo Governo do Estado, em vários produtos, combustível, gasolina, diesel, gás industrial e energia elétrica.

Então, a gente apresentou indicação hoje para uma nova análise do Governo do Estado com a possibilidade de reduzir ainda mais um pouco esse ICMS, devido aos sucessivos aumentos da Petrobrás; agora, no último dia 25, tivemos mais aumentos aí no óleo diesel, gasolina; a gasolina mesmo, aqui em Mato Grosso, vai ter um reajuste médio de 0,21 centavos por litro, 21 centavos por litro, uma alta de 7,4%. Então, podemos chegar a 7,46 nas bombas dos postos de gasolina.

Então, como o próprio governador está fazendo essa propaganda, das... Melhorou muito, Mato Grosso hoje está numa condição financeira muito boa, muito favorável.

Então, acredito, a gente pede para que ele faça um novo cálculo, junto com a sua equipe e o secretário de Fazenda, e inclua também o gás de cozinha, não só o gás industrial, o gás de cozinha que é o que a população utiliza, no dia a dia, nas suas residências.

Então, vamos incluir, e vamos tentar diminuir um pouco mais esses percentuais, principalmente, nos combustíveis.

E também um assunto relacionado a esse. Eu quero também compartilhar com a população de Mato Grosso, isso aqui é em nível federal, Brasil todo, o pessoal que está nos acompanhando.

Em 2018, na campanha do presidente Bolsonaro, uma das promessas dele de campanha, um dos principais assuntos abordados, é que ele prometia a redução... O que ele pudesse reduzir de impostos, diminuir a carga tributária... Hoje, a população brasileira precisa trabalhar no mínimo três meses para pagar impostos, pagar seu IPVA, IPTU, Imposto de Renda... e assim vai, vários impostos.

(O SR. TÚLIO FONTES ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Então, quero compartilhar este material que eu recebi, que muita gente não sabe, desconhece, porque é muito fácil criticar, detonar o nosso presidente... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (TÚLIO FONTES) - Alô! Por favor, mais um minuto.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Voltando aí, Presidente, está ouvindo?

Então, é muito fácil a mídia, grande parte da mídia, detonar o nosso presidente. O circo dessa CPI, com corruptos comandando essa CPI, também, detonando a imagem do nosso presidente, só quero repassar o material aqui do que foi reduzido, nestes quase três anos, pelo Governo Federal, de impostos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

Setembro de 2019, redução de impostos de importação para 532 bens de capital.

Agosto de 2019, redução das tarifas de importação de medicamentos de HIV, no Mercosul; redução de impostos sobre... Só um pouquinho, Presidente, obrigado ao senhor por já ter me concedido mais dois minutos aí... Redução de impostos sobre jogos e videogames; redução de impostos de importação de remédios contra câncer e HIV, isso em agosto de 2019.

Em abril de 2020, foi zerada a cobrança de impostos sobre produtos médicos, a alíquota de importação de cilindros de oxigênio também foi zerada.

Em março de 2020, alíquota de importação zerada para 61 produtos usados no combate à covid-19.

Janeiro de 2020, desoneração da folha de pagamento para a contratação de jovens.

Julho de 2020, imposto zerado para remédios de atrofia muscular espinhal, imposto de importação zerado para mais de 37 medicamentos contra a covid-19 e impostos de importação zerados para equipamentos de energia solar.

Maior de 2020, nova redução de imposto sobre remédios e produtos contra a covid-19 e IOF zerado para distribuidoras de energia elétrica em 2020.

Outubro de 2020, impostos de importação de soja e milho zerados até janeiro de 2021; nova redução de impostos sobre jogos eletrônicos e videogames.

Setembro de 2020, impostos de importação de arroz zerados até o fim de 2020, impostos zerados para centenas de equipamentos médicos.

Março de 2021, governo reduz em 10% o imposto de importação para eletrônicos e bens de capital.

Fevereiro de 2021, reduzido imposto de importação de 25 produtos produzidos no Mercosul; impostos de importação de produtos para combate à covid-19 zerados... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Só mais um minuto, Presidente. Agora vai terminar mesmo, só mais um minutinho aí...

Continuando, fevereiro de 2021, governo zera por dois meses impostos federais sobre o diesel, zerados os impostos federais sobre o gás de cozinha.

Junho de 2021, reduzido o imposto de importação para mais 23 produtos, como insumos agrícolas, equipamentos para geradores de energia, insumos químicos, entre outros.

Maior de 2021, zerados impostos de importação de mais de 118 produtos e medicamentos para covid-19.

Abril de 2021, governo reduz imposto para instrumentos musicais e skates.

E assim vai, Presidente, temos ainda... Agora, em agosto, setembro, zeramos imposto de importação de vacinas... Suspende a cobrança de PIS e Cofins na importação do milho.

Então, é saúde e desenvolvimento para o país.

E que sirva de exemplo para todos os governadores deste nosso país, do Brasilão afora, valeu?

Obrigado, Presidente.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (TÚLIO FONTES) - Feitas essas considerações, cumprimento o Deputado Claudinei, e, como não temos mais nenhum orador, nada mais a tratar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 12H05MIN.

na Explicação Pessoal, eu dou por encerrada esta importante sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Convoco todos os senhores Deputados, a senhora Deputada, para a próxima sessão ordinária que ocorrerá na próxima quarta-feira, no horário regimental.

Portanto, está encerrada esta sessão.

Aproveito a oportunidade para desejar a você que nos assiste, aqui pela TV Assembleia, muita saúde, muita força, fé, felicidade, dando um abraço especial para a minha querida gente de Cáceres.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO)

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: EDUARDO BOTELHO, DILMAR DAL BOSCO, DR. JOÃO, SEBASTIÃO REZENDE, CARLOS AVALLONE, TÚLIO FONTES, WILSON SANTOS, NININHO, ULYSSES MORAES, THIAGO SILVA, ROMOALDO JÚNIOR E DR. GIMENEZ. BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: VALDIR BARRANCO, DELEGADO CLAUDINEI, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN E LÚDIO CABRAL. BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: ELIZEU NASCIMENTO, DR. EUGÊNIO E GILBERTO CATTANI. DEIXARAM DE COMPARECER OS SRS. DEPUTADOS: XUXU DAL MOLIN, PAULO ARAÚJO, JANAINA RIVA, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO.)

Revisão: Dircilene Rosa Martins;
Ivone Borges de Aguiar Argüelio.

Secretaria de Serviços Legislativos



ALMT
Assembleia Legislativa